

[English version below / Versión en español abajo]

## Apresentação

14 de junho de 2017

Apresentamos a mais nova edição da **Revista Direito e Práxis** (vol. 8, n. 2, 2017, abr-jun – edição 18). Este número traz uma **seção de artigos inéditos** mais que especial. Conta com trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores críticos, dentre os mais renomados da academia brasileira. Traz temas como constitucionalismo latino-americano, o debate sobre a proposta de constituinte no Brasil sob a perspectiva do “Direito Achado na Rua”, além de debates teóricos como o tema do positivismo jurídico na periferia do capitalismo e o tema da expropriação e violência do direito.

O **dossiê** desta edição foi organizado pelo Dr. Marcelo Torelly, pesquisador de pós-doutorado junto ao grupo de pesquisa ‘Direito, Sociedade Mundial e Constituição’ da Universidade de Brasília e coordenador de projeto na Organização Internacional para as Migrações (OIM) – a agência da ONU para migrações. O dossiê debate a partir de perspectivas críticas o **“Futuro do Sistema Interamericano de Direitos Humanos”**. A apresentação do dossiê segue abaixo.

A seção de **traduções** é composta por dois artigos inéditos traduzidos do alemão ao português. O primeiro é o trabalho dos pesquisadores Ricardo Visser e Fabrício Maciel, sobre o “Significado e transformação das formas de capital”. O segundo trata-se de uma tradução completamente inédita para o português de um texto dos “Diários” de Hannah Arendt, do texto “Amor e

Casamento”. A tradução é acompanhada de um comentário primoroso da tradutora, Kristina Hinz.

Por fim, apresentamos duas **resenhas**, dentre elas, uma sobre o livro do nosso editor convidado, Marcelo Torelly; e a segunda da obra de Antônio Escrivão Filho e José Geraldo de Sousa Junior, “Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos”.

Relembramos que as políticas editoriais para as diferentes seções da Revista podem ser acessadas em nossa página e que as submissões são permanentes e sempre bem-vindas! Agradecemos, como sempre, às autoras e autores, avaliadores e colaboradores pela confiança depositada em nossa publicação.

Boa Leitura! Equipe **Direito e Práxis**

\*\*\*

## Editorial

June, 14<sup>th</sup> 2017

We present the newest edition of the **Law and Praxis Journal** (vol. 8, n. 2, 2017, apr-jun - edition 18). This issue brings a **section of unpublished articles** more than special. It has works of critical researchers, among the most renowned in the Brazilian academy. It brings themes such as Latin American constitutionalism, the debate on the proposal of a constituent in Brazil from the perspective of “Law Found on the Street” (*Direito Achado na Rua*), besides theoretical debates as the theme of legal positivism in the periphery of capitalism and the subject of expropriation and violence of law.

Dr. Marcelo Torelly, post-doctoral fellow at the Univeristy of Brasilia ‘Law, World Society and Constitutionalism’ research group and project coordinator at the International Organization for Migration (IOM) – the UN Migration Agency, organized the dossier for this edition. The dossier discusses the “**Future of the Inter-American Human Rights System**” from a critical perspective. The presentation of the dossier follows below.

**Direito & Práxis**  
revista

Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 2, 2017, p. 789-829.

Revista Direito e Práxis, Marcelo Torelly

DOI: 10.12957/dep.2017.28774 | ISSN: 2179-8966

The **translation section** is composed of two unpublished articles translated from German into Portuguese. The first is the work of the researchers Ricardo Visser and Fabrício Maciel, on the "Meaning and transformation of the forms of capital". The second is a completely new translation into Portuguese of a text from Hannah Arendt's "Diaries", from the text "Love and Marriage". The translation is accompanied by a detailed comment by the translator, Kristina Hinz.

Finally, we present two **reviews**, among them, one about the book of our guest editor, Marcelo Torelly; and the second of the work of Antônio Escrivão Filho and José Geraldo de Sousa Junior, "Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos".

We would like to remind that the editorial policies for the different sections of the Journal can be accessed in our page and that the submissions are permanent and always welcome! We thank, as always, the authors, evaluators and collaborators for the trust deposited in our publication.

Enjoy your reading! **Law and Praxis** team.

\*\*\*

## Presentación

14 de Junio del 2017

Presentamos la más reciente edición de la **Revista de Derecho y Praxis** (vol. 8, n. 2, 2017, abr-jun - edición 18). Este número trae una **sección de artículos inéditos** más que especial. Cuenta con trabajos de investigadoras e investigadores críticos, entre los más renombrados de la academia brasileña. Trae el debate sobre la propuesta de constituyente en Brasil desde la perspectiva del "derecho hallado en la calle" (*Direito Achado na Rua*), además de debates teóricos como el tema del positivismo jurídico en la periferia del capitalismo y el tema de la expropiación y la violencia del derecho.

El **dossier** de esta edición fue organizado por el Dr. Marcelo Torelly, investigador de posdoctorado en el grupo de investigaciones 'Derecho,

**Direito & Práxis**  
revista

Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 08, N. 2, 2017, p. 789-829.

Revista Direito e Práxis, Marcelo Torelly

DOI: 10.12957/dep.2017.28774 | ISSN: 2179-8966

Sociedad Mundial y Constitución’ de la Universidad de Brasilia y coordinador de proyecto en la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) – el organismo de Naciones Unidas para migraciones. El dossier debate a partir de perspectivas críticas el **“Futuro del Sistema Interamericano de Derechos Humanos”**. La presentación del dossier sigue a continuación.

La **sección de traducciones** se compone de dos artículos inéditos traducidos del alemán al portugués. El primero es el trabajo de los investigadores Ricardo Visser y Fabrício Maciel, sobre el “Significado y transformación de las formas de capital”. El segundo se trata de una traducción completamente inédita para el portugués de un texto de los “Diarios” de Hannah Arendt, del texto “Amor y Matrimonio”. La traducción va acompañada de un comentario minucioso de la traductora, Kristina Hinz.

Por último, presentamos dos **reseñas**, entre ellas, una sobre el libro de nuestro editor invitado, Marcelo Torelly; y la segunda de la obra de Antônio Escrivão Filho y José Geraldo de Sousa Junior, “Para um debate teórico-conceitual e político sobre os direitos humanos”.

Tenga en cuenta que las políticas editoriales a las diferentes secciones de la revista pueden ser visitadas en nuestro sitio web, y que las sumisiones son permanentes y siempre bienvenidas! Gracias, como siempre, a los autores y las autoras, revisores y revisoras, y empleados y empleadas por su confianza en nuestra publicación.

¡Buena Lectura! Equipo **Direito & Práxis**

## O Futuro do Sistema Interamericano de Direitos Humanos – uma nota introdutória

**Marcelo Torelly**

Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. E-mail: mtorelly@gmail.com

O campo de estudos sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) tem se expandido em um ritmo acelerado. O impacto mobilizador da Comissão Interamericana de Direitos Humanos permitiu o surgimento de uma enorme literatura que aborda seu papel quase-judicial na formação de redes transnacionais de mobilização por direitos humanos, no surgimento de novos atores constitucionais transversais, e sobre a importância e o limite da atuação internacional de organizações da sociedade civil, para ficar apenas com alguns exemplos. O conjunto de relatorias especiais da Comissão, igualmente, gerou amplos processos de incidência local, tanto em agentes governamentais quanto não governamentais, tematizando questões-chave para o desenvolvimento dos direitos humanos na região. Não menos importante, o uso de medidas cautelares gerou crises com Estados-membros e foi um dos estopins para o início de um controverso processo de reformas.

A Corte Interamericana é igualmente foco de avanços, disputas e controvérsias. Internacionalmente reconhecida por seu protagonismo ao promover o universalismo dos Direitos Humanos e pelo desenvolvimento de importantes avanços em temas tão distintos como a luta contra a impunidade, o direito dos povos indígenas, liberdade de expressão, e temas de mobilidade humana (migrações, refúgio e apatridia), novamente para ficar apenas com alguns exemplos, a Corte vem paulatinamente expandindo suas atribuições e influência. O tema do controle de convencionalidade e sua relação com o controle de constitucionalidade doméstico tornou-se uma das principais trincheiras de disputa teórica e dogmática da região, e o debate sobre a legitimidade da Corte ensejou ricos desdobramentos, como o surgimento de uma ampla discussão pública sobre seu funcionamento e mecanismos de acesso e seleção de pessoal.

Com o Sistema exposto a uma crise financeira sem precedentes no ano de 2016, algumas dessas questões se tornaram ainda mais latentes. Afinal, se o Sistema realmente é tão exitoso quanto apresentado por alguns setores da literatura, porque os Estados o estariam subfinanciando? Ou, ao contrário, seria justamente tal êxito que leva a um movimento de contração por Estados que, na prática, não desejam um mecanismo ativo de supervisão?

O presente dossiê navega, de forma crítica, por esse conjunto de temas. Reúne autores diretamente engajados na prática dos direitos humanos na região para uma reflexão coletiva orientada a mapear e interpretar o funcionamento do Sistema. Propõe análises que acumulam o rico debate empreendido ao longo das últimas décadas, aponta debilidades e, especialmente, alternativas para que, das múltiplas crises que permeiam as Américas na atualidade, surjam renovados mecanismos de proteção e promoção dos direitos humanos.

O dossiê está dividido em três partes, cada uma com um objetivo geral: acumular o debate e avaliar o impacto do Sistema; discutir avanços recentes em áreas subexploradas na literatura; e avaliar como as crises superpostas que se desenrolam na região ao mesmo tempo limitam e são condição de oportunidade para avanços.

A primeira parte do dossiê busca responder **como o SIDH impacta os direitos humanos domesticamente?** Quatro artigos articulam respostas para essa questão em múltiplas frentes de análise.

Escapando de uma tendência comum na literatura e na prática jurídica tradicional, de associar impacto com observância estrita das regras de direito internacional e das decisões das cortes responsáveis por sua aplicação, Par Engstrom reconceitualiza a ideia de “impacto”. A sua forma, esse primeiro trabalho funciona como uma espécie de introdução ao dossiê, apresentando questões que serão posteriormente aprofundadas pelos demais autores. Engstrom identifica pelo menos três áreas de impacto que independem de uma observância estrita ao direito internacional:

- (i) a mobilização da sociedade civil;
- (ii) a influência dos padrões normativos interamericanos nos debates constitucionais domésticos da região, e;

(iii) o protagonismo das múltiplas instituições domésticas responsáveis por implementar as decisões e recomendações que emergem do Sistema.

Se desde uma perspectiva tradicional o impacto do Sistema é tido como muito baixo, com um nível de implementação integral de sentenças e recomendações mezinho, desde essa perspectiva alargada torna-se possível identificar um amplo conjunto de mudanças relevantes influenciadas pelo protagonismo conjunto entre o Sistema, as organizações que o acionam e as múltiplas agencias que, transversalmente (e nem sempre de forma harmônica) implementam suas deliberações.

Movendo-se da análise geral para um tópico específico, Carina Calabria reflete sobre como as decisões da Corte Interamericana determinam alterações legislativas que foram operacionalizadas pelos Estados. Diferentemente de outros tribunais de direitos humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos passou a incluir pedidos dessa natureza entre suas ordens de medidas de reparação impostas aos Estados.

Ao analisar 92 ordens de alteração, emitidas em 72 decisões, Calabria identifica doze questões judiciais de incidência da Corte de San José:

- (1) Uso desproporcional de força por instituições e agentes responsáveis pelo cumprimento da lei;
- (2) Jurisdição militar;
- (3) Sistema carcerário e Justiça Criminal;
- (4) Leis de Anistia e Leis de Exceção;
- (5) Fortalecimento do Estado de Direito e de suas instituições, garantias legais, procedimentos e normas;
- (6) Liberdades de pensamento e expressão;
- (7) Direitos político-eleitorais;
- (8) Direitos de povos indígenas, tribais e tradicionais;
- (9) Direitos de crianças e adolescentes;
- (10) Direitos de gênero;
- (11) Direitos de migrantes e direitos de nacionalidade e
- (12) Direitos reprodutivos.

Classificando-as em cinco graus de efetividade (ineficazes, de eficácia limitada, mediana, elevada e formal).

Entre suas conclusões, destaca que mesmo quando a efetividade das decisões é limitada, raramente se verifica uma inércia estatal absoluta (reforçando a tese de Engstrom sobre as múltiplas formas de impacto), e que a maior incidência da Corte ocorre quando diversas agências estatais atuam em coordenação para promover mudanças. Ao contrário do que esperam aqueles que atribuem ao Sistema uma baixa efetividade, a pesquisa revela que 42 conjuntos de determinações tiveram eficácia *formal, elevada* ou *mediana*, contra 29 *ineficientes* ou de *baixa* efetividade.

O terceiro artigo do dossiê enfoca como o Sistema tem contribuído para a formação de um direitos constitucional comum na América Latina. A doutrina do *Ius Constitutuinale Commune* vem sendo irradiada especialmente desde o Instituto Max Planck para o Direito Internacional e Comparado, de Heidelberg (Alemanha), contando com inúmeros defensores – e alguns ferrenhos críticos – na região.

A defesa da tese da constitucionalização regional é feita por Flávia Piovesan, que analisa um conjunto de decisões da Corte Interamericana que tiveram papel transformador nas comunidades jurídicas domésticas. A tese subjacente ao argumento da constitucionalização regional é a de que a Corte funciona como espaço propulsor de um diálogo multinível local-regional.

De um lado, as constituições latino americanas gradualmente estariam se abrindo ao direito internacional dos direitos humanos. De outro, o tribunal internacional viria aplicando o princípio *pro homine* para, interpretativamente, ampliar o catálogo de direitos e garantias inscritos na Convenção Americana de Direitos Humanos. Da dialética entre esses dois movimentos, surgiria um conjunto de padrões protetivos mínimos comum, fortalecendo os direitos humanos na região.

Finalmente, o quarto artigo da primeira parte do dossiê dialoga com um tema tangente aos três anteriores: a emergência do controle de convencionalidade. A tese da existência de um *judicial review* regional pela Corte Interamericana gradualmente expandiu-se e fragmentou-se ao longo dos últimos anos.



Se em um primeiro momento o tribunal de San José estava responsável pelo monitoramento do cumprimento dos dispositivos da Convenção Americana pelos Estados-Partes em decisões individuais, gradualmente a Corte percebeu-se como uma espécie de corte constitucional das Américas, introduzindo este conceito. Sua gradual aceitação ou rejeição pelas cortes domésticas da região levaram ao surgimento de outro debate, sobre a aplicação doméstica de tal controle.

David Lovatón analisa tal processo desde quatro premissas críticas. Primeiro, se ao apontarmos que as cortes domésticas devem promover o controle de convencionalidade estamos nos reportando a uma obrigação internacional pré-existente ou se tratamos de uma nova prerrogativa criada pela própria Corte. Segundo, investigando a extensão das obrigações contidas nas decisões da Corte: se *inter partes* ou *erga omnes*. Terceiro, apontando a complexidade e as dificuldades existentes para que os tribunais locais acessem de maneira qualificada e coerente a jurisprudência da Corte. Finalmente, criticando o processo de invisibilização da Comissão Interamericana de Direitos Humanos nesse processo, retomando uma perspectiva integrada do Sistema como um todo orgânico que vem sendo gradualmente deixada de lado pelas teorias da constitucionalização do Sistema, apontando para a necessidade de compreender adequadamente o papel dos dois organismos independentes de processamento de casos que compõem o Sistema.

A segunda parte do dossiê apresenta novas perspectivas sobre o Sistema e alguns temas emergentes, procurando responder **para onde vai o Sistema Interamericano de Direitos Humanos?** Quais seus novos desafios?

O quinto trabalho do dossiê, primeiro desta segunda parte, utiliza o caso brasileiro para confrontar uma hipótese recorrente na literatura especializada: a do protagonismo de organizações não-governamentais internacionais no acesso ao Sistema.

Boa parte da literatura, especialmente aquela em língua inglesa, destaca que tais organizações teriam papel central e de alta relevância na formação de redes transnacionais e, finalmente, no acesso de peticionários à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, conseqüentemente, a própria Corte. Para contraditar essa hipótese, Marrielle Maia e Rodrigo Assis

de Lima analisam 119 casos apresentados contra o Brasil com relatórios de admissibilidade, mérito, não admissibilidade ou arquivamento publicadas entre os anos de 1970 e 2015.

Se, de um lado, suas conclusões reforçam o papel do Sistema para a formação das redes de *advocacy*, de outro, ressaltam a necessidade de uma melhor observação do perfil dos denunciantes antes de concluir sobre o protagonismo internacional. No caso brasileiro, o conjunto de denunciantes é composto por um grupo extremamente plural de vítimas e familiares, advogados de distintas organizações e movimentos sociais, entidades de classe e organizações religiosas, que formaram coalizões de ação para disputar direitos na arena internacional. A hipótese prevalente de que as organizações não-governamentais internacionais seriam hegemônicas não se verifica, a despeito de sua presença em casos relevantes.

Uma reconstrução histórica e análise crítica do direito das vítimas de participar no processo interamericano é o objeto de estudo de Carla Osma e Kathia Martin-Chenut no sexto trabalho do dossiê. Interrogando como tal direito se apresenta e reconfigura nos processos movidos contra supostos perpetradores no âmbito interno e contra os Estados no âmbito internacional, as autoras enfatizam a importância da gradual transformação dos sujeitos das violações.

Se em um primeiro momento o direito, especialmente o direito internacional, tratava as vítimas como *instrumentos da justiça* – meios de prova das violações – o gradual incremento do direito de participar permitiu seu reposicionamento como *sujeitos de direito*, humanizando o processo e ampliando seus aspectos reparadores. Não obstante, uma segunda dimensão crítica de análise revela um risco subvalorado nos atuais debates entorno da evolução dos instrumentos de proteção dos direitos humanos: o empoderamento das vítimas pode abrir caminho para a relativização dos direitos dos acusados (igualmente direitos humanos) e para o surgimento de formas de populismo penal.

Ao descrever e analisar criticamente a contribuição latino americana ao direito das vítimas de participar, as autoras a um só tempo estabelecem uma narrativa de fácil acesso sobre um tema complexo e pouco estudado, que

pode ser utilizada como fonte introdutória para todos aqueles interessados no assunto, como também introduzem um necessário debate entre os estudiosos e práticos dos direitos humanos e aqueles da criminologia crítica – um campo de interação que, apesar de parecer obvio, com raras exceções não se tem visto frutificar.

Passando das análises panorâmicas para as de temas específicos, o sétimo e oitavo estudos do dossiê exploram questões emergentes no Sistema que podem gerar relevantes desenvolvimentos futuros.

Analisando como a Corte Interamericana enfrenta as questões relativas à violência contra a mulher, Mariana Prandini Assis discute como as categorias jurídicas são construídas e circulam entre atores especializados e militantes de direitos humanos, transbordando de um espectro tradicionalmente associado exclusivamente com o campo do Direito para outro, muito mais amplo, de interações sócio-jurídicas transnacionais. Nesse sentido, introduz a categoria “translocal”, debatendo como forças, poderes e formas de regulação transnacionais definem e interagem com os contextos locais.

O argumento central é o de que, apesar da Corte Interamericana não ter desenvolvido a categoria “violência contra a mulher”, a mesma se tornou central para sua atuação e em sua jurisprudência devido a mobilização global de diversos atores, especialmente aqueles ligados ao movimento feminista. Ao promover tal narrativa, Assis reforça o argumento de que a Corte Interamericana é sensível e pode ser veículo para transformações sócio-jurídicas iniciadas “de baixo para cima” – um argumento criticado em outros campos de análise da jurisprudência da Corte, como por aqueles autores que apontam as pretensões hierárquicas e antidemocráticas, “de cima para baixo”, presente nos conceitos de *ius constitutionale commune* e controle de convencionalidade (nesse sentido veja-se, por exemplo, o estudo de Sandoval e Veçoso, neste dossiê).

Ao contrastar essas diferentes perspectivas, percebemos como um mesmo ator institucional pode, a um só tempo, engajar-se em movimentos distintos que fortalecem poderes e iniciativas consolidados ou emergentes,

conservadores ou inovadores, ressaltando a cada vez maior interação que caracteriza o espaço jurídico transnacional.

Por sua vez, os membros do grupo de pesquisa 'Direito da Antidiscriminação, Igualdade e Diferença', Alice Resadori, Gilberto Schafer, Paulo Leivas e Roger Raupp Rios, dirigem seus esforços ao mapeamento e análise dos casos relacionados com a discriminação de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersex (LGBTTI) na Comissão e na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Até a conclusão do estudo, a Comissão Interamericana havia processado 11 casos envolvendo violação a direitos humanos de pessoas LGBTTI, admitindo 07. Destes, 03 não tiveram seguimento por razões de ordem formal, 01 resultou em uma solução e amistosa e 03 foram remetidos para a Corte Interamericana, claramente constituindo um novo campo de disputa por direitos que se desenvolverá na medida em que os casos avancem.

Os autores destacam tanto a pluralidade de instituições onde as violações aconteceram, incluindo desde organizações militares até as de seguridade social, quanto a natureza da queixa promovida, que pode referir-se tanto ao mais básico reconhecimento da existência de uma violação de direito, quanto a um muito mais complexo debate sobre o conteúdo jurídico dos direitos humanos das pessoas LGBTTI.

A análise dos casos permite entender como, em uma região do mundo caracterizada por uma brutal violência diuturna praticada contra pessoas LGBTTI, a discriminação se faz presente de maneira difusa e os valores morais associados ao familismo comprometem a atuação dos agentes públicos responsáveis pela promoção e defesa de direitos.

Novamente, o Sistema IDH aparece como uma arena de luta por direitos que, ainda que permeada por limitações institucionais relevantes, tem contribuído de forma decisiva para a promoção de direitos – e que poderá ter seu protagonismo ampliado de forma significativa nos próximos anos.

A parte final do dossiê se dedica a interrogar **como as crises e debilidades institucionais ensejam novas oportunidades para o Sistema Interamericano de Direitos Humanos?**

Iniciando pela análise das crises externas ao Sistema, que levam ao seu acionamento, Rossana Rocha Reis dedica-se a perquirir como a Comissão Interamericana respondeu a pedidos relacionados à crises nos sistemas democráticos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016).

Estabelecendo uma correlação entre Direitos Humanos e Democracia e destacando a ausência de previsão de mecanismos que permitam impor a “cláusula democrática” da Organização dos Estados Americanos e a necessidade de consenso entre os Estados para a obtenção de avanços no plano da Assembleia Geral, Reis descreve as restrições institucionais do Sistema para lidar com situações limite onde a alegação das partes diz respeito a uma provável subversão das próprias instituições desenhadas para a proteção do Estado de Direito, mobilizadas para promover rupturas democráticas. Se, de um lado, a crise hondurenha de 2009 levou à Comissão Interamericana (e a OEA como um todo) a posicionamentos mais duros, destacando a conexão entre ruptura democrática e desrespeito aos direitos humanos, os casos do Paraguai e do Brasil foram marcados por uma atuação bastante cautelosa.

Na avaliação da autora, a ausência de uma posição da Assembleia Geral sobre esses dois casos em alguma medida circunscreveu a atuação da Comissão. Ao final, conclui que a ausência de mecanismos mais concretos de intervenção, somada com um contexto político pouco conducente ao uso dos mecanismos existentes (como a promoção de visitas *in loco*), revelam elementos de preocupação para aqueles que venham a futuramente se dedicar a estudos e ações de aperfeiçoamento do Sistema. Como empoderar o Sistema em um contexto no qual as próprias elites dos Estados pretendem ver sua atuação restrita?

Movendo-se das crises externas para a crise interna de 2016, relativa ao agravamento do crônico problema de financiamento do Sistema, o estudo de Carlos Arturo Villagrán Sandoval e Fabia Fernandes Carvalho Veçoso parte para uma análise do processo de reformas para o “fortalecimento” do Sistema, tido em 2011 e 2012. Sem desconsiderar a natureza dúbia do processo, que segundo muitos mais pretendia debilitar do que fortalecer o Sistema, os autores passam a criticar as doutrinas expansionistas que emergiram ao longo

dos anos, especialmente àquela do *ius constitutionale commune* (objeto do estudo de Piovesan neste dossiê).

Na avaliação dos autores, uma parte expressiva da reação dos Estados contra o Sistema ocorre em razão do movimento combinado de auto expansão irrefreada de suas competências somada à emergência de uma narrativa acadêmica que elege o Sistema como símbolo de um universalismo dos Direitos Humanos que conflita com o papel esperado dos órgãos de uma organização intergovernamental, como o é a Organização dos Estados Americanos, contribuindo não para o êxito, mas para o fracasso do Sistema. A ausência de espaço para particularismos, mais do que fazer emergir um constitucionalismo regional, estaria fomentado reações contra o Sistema, explicitando seus déficits democráticos e, em última análise, colocando em risco sua própria sobrevivência de longo prazo.

Em suas conclusões, os autores correlacionam a crise financeira da Comissão e da Corte com uma mais ampla crise da relação entre Estados e Sistema, imputando a pretensão universalista como causa relevante no bloqueio ao surgimento de alternativas institucionais viáveis para a resolução de impasses estruturais. Tal conclusão incorpora muitos dos elementos críticos levantados pelo conjunto de textos do dossiê mas se destaca por contraverter justamente aquele que é o argumento central de muitas das teses expostas: a importância do universalismo e o papel da Corte como espaço de emergências de direitos “de baixo para cima”. Justamente por isso, Villagrán e Viçoso definem seu trabalho como um relato sobre duas narrativas concorrentes sobre os direitos humanos nas Américas.

Finalmente, Katya Salazar e Naomi Roht-Arriaza fecham o dossiê discutindo os déficits democráticos e participativos no processo de eleição dos membros da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Se é bem verdade que em múltiplos aspectos o Sistema teve ganhos reais em termos participativos ao longo das décadas (como no caso do direito das vítimas de participar, ilustrado nesta coletânea pelo trabalho de Osmo e Martin-Chenut), o modo de acesso aos órgãos de deliberação segue inalterado, pouco transparente e, como regra, avesso à participação.

Analisando alternativas do direito comparado e processos postos em curso pela sociedade civil, as autoras formulam um catálogo de sugestões que permitiriam agregar qualidade ao modo como o Sistema seleciona seus membros, transformando um déficit de legitimidade em uma oportunidade de fortalecimento. Partindo de um conjunto de experiências concretas, o estudo demonstra que embora reformas sejam necessárias para garantir um nível adequado de transparência e participação, muitas outras medidas podem ser imediatamente adotadas, sem necessidade de alterações normativas complexas. Em um contexto de crise e ataques ao Sistema, tais alternativas representam uma importante contribuição ao conjunto de possibilidade de ações de fortalecimento que dependem muito mais dos atores estratégicos internos ao Sistema do que aos atores políticos tradicionais do campo diplomáticos nos Estados-membros.

Cobrando esse variado conjunto de temas e controvérsias e, obviamente, sem pretender ser exaustivo quanto as respostas possíveis para o conjunto de questões que aborda, o presente dossiê se insere na ampla literatura interdisciplinar sobre o Sistema Interamericano procurando estabelecer novos diálogos e pontes. Se servir para que distintas escolas de pensamento e atores estratégicos estabeleçam algum diálogo entre si, terá cumprido seu papel esperado, de fomentar um debate crítico e orientado por evidências sobre quais são os caminhos disponíveis e as vantagens e custos implicados em cada possível escolha.

Na esperança de que nosso esforço coletivo inaugure um novo capítulo de discussão nesta Revista Direito & Práxis e fortaleça os debates mantidos em outros meios que tradicionalmente se dedicam ao Sistema, desejamos a todos uma boa leitura.

Brasília, março de 2017.

Marcelo Torelly

\*\*\*

## The Future of the Inter-American System of Human Rights - an introductory note

**Marcelo Torelly**

University of Brasília, Brasília, DF, Brazil. E-mail: mtorelly@gmail.com

The field of studies on the Inter-American Human Rights System (IAHRS) has expanded at an accelerated pace. The mobilizing impact of the Inter-American Commission on Human Rights enabled the emergence of a large literature that addresses its almost-judicial role in the formation of transnational mobilization networks on human rights. Also, new transversal constitutional actors emerged throughout the region, and attention has been paid to the importance and the limits of international civil society organizations. The Commission's special rapporteurship system has also generated wide-ranging local advocacy processes, both in government and non-governmental actors, addressing key issues for the development of human rights in the region. Not least, the use of precautionary measures has generated crises with Member States and was one of the triggers for the beginning of a controversial process of reform.

The Inter-American Court is also the focus of success, disputes and controversies. Internationally recognized for its leading role in promoting the universalism of Human Rights and the development of important advances in such different areas such as the struggle against impunity, indigenous rights, freedom of expression, and human mobility issues (migration, refugee and statelessness), to give just a few examples, the Court has gradually expanded its attributions and influence. The emerging doctrine of conventionality control and its relation to the domestic constitutional judicial review has become one of the main trenches of theoretical and dogmatic disputes in the region, and the debate on the legitimacy of the Court has produced rich developments such as the emergence of a wide-ranging public discussion on its functioning, access mechanisms and personnel selection.



With the System exposed to an unprecedented financial crisis in the year of 2016, some of these issues have become even more latent. After all, if the System really were as successful as presented by some studies in the literature, why would States be underfunding it? Or, on the contrary, would it be precisely such a success that leads to a movement of constriction by States which, in practice, do not want a strong mechanism of supervision?

This dossier critically covers this set of issues. It brings together authors directly engaged in the practice of human rights in the region for a collective effort oriented to map and interpret the functioning of the System. It take stock of the rich debate undertaken over the last decades, points out weaknesses and, especially, alternatives so that from the multiple crises that pervade the Americas today, renewed mechanisms for the protection and promotion of human rights arise.

The dossier is divided into three parts, each with a main goal: (i) to accumulate the debate and evaluate the impact of the System; (ii) to discuss recent advances in under-exploited areas in the literature; and (iii) to assess how the overlapping crises that unfold in the region concurrently limit and provide opportunities for progress.

The first part of the dossier seeks to answer how does the IAHR impact human rights domestically? Four articles articulate answers to this question on multiple fronts of analysis.

Moving away from a common tendency in the literature and in traditional legal practice, which is to associate impact with strict compliance of the rules of international law and the decisions of the courts responsible for its application, Par Engstrom reconceptualizes the idea of "impact". This first article works as a kind of introduction to this part of the dossier, presenting questions that will be further explored by the other authors. Engstrom identifies at least three areas of impact that are independent of the traditional notion of compliance with international law:

(I) the mobilization of civil society;

(II) the influence of Inter-American normative standards in the domestic constitutional debates of the region; and

(III) the leading role of the multiple domestic institutions responsible for implementing the decisions and recommendations that emerge from the System.

If from a traditional perspective the impact of the System is considered to be very low, with a modest level of full compliance with rulings and recommendations, from this broad perspective it becomes possible to identify a wide range of relevant changes influenced by the protagonist of multiple actors: the System, the organizations that activate it and the multiple agencies that, transversally (and not always in a harmonious way) implement their deliberations.

Moving from the general analysis to a specific topic, Carina Calabria reflects on how the decisions of the Inter-American Court determine legislative changes that have been put in practice by the States. Unlike other human rights tribunals, the Inter-American Court of Human Rights began to include such orders among its reparation measures imposed on States.

When analyzing 92 rulings determining legislative changes issued in 72 decisions, Calabria identifies twelve key themes of incidence of the Court of San José:

- (1) Disproportionate use of force by law enforcement agencies and agents;
- (2) Military Jurisdiction;
- (3) Prison system and Criminal Justice;
- (4) Amnesty Laws and statutes of limitation;
- (5) Strengthening the Rule of Law and due process
- (6) Freedoms of thought and expression;
- (7) Political-electoral rights;
- (8) Rights of indigenous, tribal and traditional peoples;
- (9) Rights of children and adolescents;
- (10) Gender rights;
- (11) Rights of migrants and rights to a nationality and;
- (12) Reproductive rights.

They are classified into five levels of effectiveness (ineffective, of limited effectiveness, medium effective, high effective, and formal effective).

Among its conclusions, it emphasizes that even when the effectiveness of decisions is limited, there is rarely an absolute inertia from the state (reinforcing Engstrom's thesis on multiple forms of impact), and that the Court's highest incidence occurs when several state agencies act in coordination to promote change. Contrary to the literature that expects a low effectiveness of the System, the research reveals that 42 sets of determinations had formal, high or median efficacy against only 29 ineffective or with low effectiveness.

The third article in the dossier focuses on how the System has contributed to the formation of a common constitutional right in Latin America. The doctrine of the *ius constituinale commune* has been radiated especially through the Max Planck Institute for International and Comparative Law, in Heidelberg (Germany), along with countless defenders - and some sharp critics - in the region.

The defense of the thesis of regional constitutionalisation is made by Flávia Piovesan, who analyzes a series of decisions of the Inter-American Court that have played a transformative role in domestic legal orders. The thesis underlying the argument of regional constitutionalisation is that the Court functions as a propelling space for a multilevel local-regional dialogue.

On the one hand, Latin American constitutions are gradually opening up to international human rights law. On the other, the international court applies the *pro homine* principle to interpret the rights and guarantees contained in the American Convention on Human Rights in an expansive way. From the dialectic between these two movements, a set of common minimum protective standards could emerge, strengthening human rights in the region.

Finally, the fourth article of the first part of the dossier dialogues with a theme that crosses the previous three: the emergence of the control of conventionality. The thesis of a regional judicial review by the Inter-American Court has gradually expanded and fragmented over the last few years.

If at first the San Jose court was responsible for monitoring compliance with the provisions of the American Convention by the States-Parties in individual decisions, the Court was gradually perceived as a kind of constitutional court of the Americas introducing this concept. Its gradual

acceptance or rejection by the domestic courts of the region led to the emergence of another debate, on the domestic application of such a judicial review.

David Lovatón analyzes this process from four critical premises. First, if when we accept that domestic courts must promote control of conventionality, are we referring to a pre-existing international obligation or are we dealing with a new prerogative created by the Inter-American Court itself? Second, investigating the extension of the obligations contained in the Court rulings: whether they are *inter partes* or *erga omnes*. Thirdly, by pointing out the complexity and the difficulties so that the local courts have access to the Inter-American Court's jurisprudence in a qualified and consistent manner. Finally, criticizing that this approach tends to make the Inter-American Commission on Human Rights invisible, retaking an integrated perspective of the System as an organic whole that is gradually being ignored by the constitutional theories of the System, pointing to the need to properly understand the role of the two independent case-processing bodies that make up the System.

The second part of the dossier presents new perspectives on the System and some emerging issues, trying to answer where is the Inter-American System of Human Rights going? What are its new challenges?

The fifth work of the dossier, the first of this second part, uses the Brazilian case to confront a recurrent hypothesis in the specialized literature: the role of international nongovernmental organizations in accessing the System.

Much of the literature, especially in the English language, emphasizes that such organizations should have a central and highly relevant role in the formation of transnational networks, and hence petitioner access to the Inter-American Commission on Human Rights and, consequently, to the Court itself. To contradict this hypothesis, Marrielle Maia and Rodrigo Assis de Lima analyzed 119 cases filed against Brazil with reports of admissibility, merits, non-admissibility or archived that were published between 1970 and 2015.

If, on the one hand, its conclusions reinforce the role of the system for the formation of advocacy networks, on the other, they emphasize the need

for a better observation of the profile of the complainants before concluding on their international role. In the Brazilian case, the group of complainants is composed of victims and family members, lawyers from different organizations and social movements, class unions and religious organizations, who formed action coalitions to struggle for rights in the international arena. The prevailing hypothesis that international nongovernmental organizations would be hegemonic does not occur, despite their presence in relevant cases.

A historical reconstruction and critical analysis of the victims' right to participate in the Inter-American process is the object of Carla Osmo and Kathia Martin-Chenut's study in the sixth work of the dossier. By questioning how this right is presented and reconfigured in the proceedings against alleged domestic perpetrators and against states in the international arena, the authors emphasize the importance of the gradual transformation of the subjects of the violations.

If, in the first instance, law, especially international law, treated victims as instruments of justice - living evidence of the violations - the gradual increase in the right to participate allowed them to be repositioned as a subject of rights, humanizing the process and expanding its reparative aspects. Nonetheless, a second critical dimension of analysis reveals an underestimated risk in current debates surrounding the evolution of human rights instruments: the empowerment of victims can pave the way for the relativization of the rights of the accused (also human rights) and for the emergence of forms of criminal populism.

In describing and critically analyzing the Latin American contribution to the right of victims to participate, the authors at once establish an easily accessible narrative on a complex and under studied subject that can be used as an introductory source for all those interested in the theme, but also introduce a necessary debate between scholars and practitioners of human rights and those of critical criminology - a field of interaction that, although obvious linked, has hardly been fruitful.

Moving from broad-based analysis to those of specific issues, the seventh and eighth dossier studies explore emerging issues in the System that can generate relevant future developments.

Analyzing how the Inter-American Court addresses issues related to violence against women, Mariana Prandini Assis discusses how legal categories are constructed and circulate between specialized actors and human rights activists. Going beyond a traditional approach, the author moves towards a transnational socio-legal evaluation of how norms change and develop. In this sense, it presents women's human rights as a "translocal" category, debating how transnational forces, powers and forms of regulation define and interact with local contexts.

The central argument is that although the Inter-American Court has not developed the category "violence against women", the category has become central to its action and in its jurisprudence due to the global mobilization of various actors, especially those linked to the feminist movement. In promoting such a narrative, Assis reinforces the argument that the Inter-American Court is sensitive and can be a vehicle for socio-legal transformations initiated "from the bottom up" - an argument criticized in other fields of analysis of the Court case law, as by those scholars who point to hierarchical and undemocratic "top to bottom" claims present in the concepts of *ius constitutionale commune* and control of conventionality (see, for example, the study by Sandoval and Veçoso in this dossier).

By contrasting these different perspectives, we perceive how the same institutional actor can, at the same time, engage in distinct movements that can strengthen both consolidated or emerging powers, and both conservative or innovative forces, highlighting the growing interaction that characterizes the transnational legal space.

The members of the research group 'Antidiscrimination Right, Equality and Difference', Alice Resadori, Gilberto Schafer, Paulo Leivas, and Roger Raupp Rios, direct their efforts to the mapping and analysis of cases related to the discrimination of Lesbian, Gays, Bisexuals, Transvestites, Transsexuals and Intersex (LGBTTI) in the Commission and the Inter-American Court of Human Rights.

Until the conclusion of the study, the Inter-American Commission had processed 11 cases involving human rights violations of LGBTTI persons, admitting seven. Of these, 3 were not followed up for formal reasons, 1

resulted in a friendly settlement and 3 were referred to the Inter-American Court, clearly constituting a new field of struggle for rights that will develop as the cases progress.

The authors highlight both the plurality of institutions where violations have taken place, including military organizations and social security organizations, and the nature of the complaint, which can refer both to the most basic recognition of the existence of a violation of the law itself, to a much more complex debate on the legal content of the human rights of LGBTTI people.

Assessing the set of cases allows us to understand how, in a region of the world characterized by brutal and recurrent violence against LGBTTI people, discrimination is present in a diffuse way and the moral values associated with "familism" compromise the performance of the public agents responsible for the promotion and the defense of rights.

Once again, the IAHRs appears as a legal battlefield that, although permeated by relevant institutional limitations, has contributed decisively to the promotion of rights - and that may have its role expanded significantly in the coming years.

The final part of the dossier is dedicated to questioning how do institutional crises and weaknesses create new opportunities for the Inter-American Human Rights System?

Beginning with the analysis of the external crises to the System, Rossana Rocha Reis is dedicated to investigate how the Inter-American Commission responded to requests related to crises in the democratic systems of Honduras (2009), Paraguay (2012), and Brazil (2016).

Establishing a correlation between human rights and democracy and highlighting the lack of provision for mechanisms to enforce the "democratic clause" of the Organization of American States and the need for consensus among States to achieve progress in the General Assembly, Reis describes the institutional constraints of the System to deal with borderline situations where the parties' allegations relate to a probable subversion of institutions designed to protect the rule of law, mobilized to promote democratic ruptures. While the 2009 Honduran crisis has led the Inter-American Commission (and the OAS

as a whole) to a stronger stand, highlighting the connection between democratic rupture and disrespect for human rights, the cases of Paraguay and Brazil were marked by a very cautious performance.

In the author's assessment, the absence of a clear position of the General Assembly on the Paraguayan and Brazilian crisis to some extent circumscribed the Commission's action. In the end, it concludes that the absence of more concrete mechanisms of intervention, coupled with a political context that is not conducive to the use of existing mechanisms (such as the promotion of *in loco* visits), reveal elements of concern for those studying and working on actions to improve the System. How to empower the System in a context in which the states' own elites intend to see its performance restricted?

Moving from external crises to the internal crisis of 2016, related to the worsening of the chronic financing problem of the System, the article of Carlos Arturo Villagrán Sandoval and Fabia Fernandes Carvalho Veçoso starts with an analysis of the reform process for the "strengthening" of the System, which took place in 2011 and 2012. Notwithstanding the dubious nature of the process, which, according to many, was intended to weaken rather than strengthen the System, the authors begin to criticize the expansionist doctrines that have emerged over the years, especially the *ius constitutionale commune* (the object of Piovesan's study in this dossier).

In the evaluation of the authors, an expressive part of the reaction of the States against the System occurs due to the combined movement of unconstrained self-expansion of the Inter-American Court competences together with the emergence of an academic narrative that elects the System as a symbol of a universalism of Human Rights that conflicts with the expected role of the organs of an intergovernmental organization such as the Organization of American States, contributing not to the success but to the failure of the System. The lack of space for particularisms, rather than making a regional constitutionalism emerge, would foment reactions against the System, expanding its democratic deficits and, at last, putting at risk its own long-term survival.



In their conclusions, the authors correlate the financial crisis of the Commission and the Court with a broader crisis of the relationship between the States and the System, making an imputation that the universalist claim is a relevant cause in blocking the emergence of viable institutional alternatives for the resolution of structural impasses. This conclusion incorporates many of the critical elements raised by the set of articles presented in the dossier, but stands out by precisely contradicting their central argument. The authors contest the importance of universalism and the role of the Court as a space for emergencies of rights from the bottom up. Precisely for this reason, Villagrán and Veçoso define their work as an account of two competing narratives on human rights in the Americas.

Finally, Katya Salazar and Naomi Roht-Arriaza close the dossier discussing the democratic and participatory deficits in the process of electing the members of the Commission and the Inter-American Court of Human Rights. If it is true that in many ways the System has had real gains in participatory terms over the decades (as in the case of victims' right to participate, illustrated in this edition by the work of Osmo and Martin-Chenut), the ways to select and appoint commissioners and judges to the System remains unchanged, poorly transparent and as a rule, averse to participation.

Analyzing alternatives offered by comparative law and by processes inaugurated by civil society, the authors formulate a catalog of recommendations that would allow adding quality to the way the System selects its members, transforming a deficit of legitimacy into an opportunity for strengthening. Building on a set of concrete experiences, the study shows that while reforms are needed to ensure an adequate level of transparency and participation, many other measures can be adopted immediately at the policy level, without the need for complex normative changes. In a context of crisis and attacks on the System, such alternatives represent an important contribution to strengthening initiatives that mostly rely on the strategic actors internally to the System, rather than on the traditional political actors in the diplomatic field of the Member States.

Covering this varied set of issues and controversies, and obviously not pretending to be exhaustive as to the possible answers to the set of questions

it addresses, this dossier is inserted in the wide interdisciplinary literature on the Inter-American System, seeking to establish new dialogues and bridges. If it is to establish a dialogue between different schools of thought and strategic actors, it will have fulfilled its expected role: to foster a critical and evidence-based debate on the paths available and the advantages and costs involved in each possible choice to improve the IAHRs.

Hoping that our collective effort will inaugurate a new chapter of discussion in this Law & Praxis Journal and strengthen the debates held in other journals that traditionally dedicate themselves to the System, we wish everyone a pleasant reading.

Brasília, March 2017.

Marcelo Torelly

\*\*\*

## **El futuro del Sistema Interamericano de Derechos Humanos – una nota introductoria**

**Marcelo Torelly**

Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brazil. E-mail: mtorelly@gmail.com

El campo de estudios sobre el Sistema Interamericano de Derechos Humanos se ha expandido a un ritmo acelerado. El impacto movilizador de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos permitió el surgimiento de una enorme literatura sobre su papel cuasi judicial en la formación de redes transnacionales de movilización por derechos humanos, en el surgimiento de nuevos actores constitucionales transversales, y sobre la importancia y el límite de la actuación internacional de organizaciones de la sociedad civil, entre otros tópicos. El conjunto de informes especiales de la Comisión también generó amplios procesos de incidencia local, tanto en agentes gubernamentales como en no gubernamentales, tematizando cuestiones clave

para el desarrollo de los derechos humanos en la región. No menos importante, el uso de medidas cautelares generó crisis con Estados-miembros y fue uno de los catalizadores de un controvertido proceso de reformas.

Asimismo, La Corte Interamericana es foco de avances, disputas y controversias. Internacionalmente reconocida por su protagonismo al promover el universalismo de los derechos humanos y el desarrollo de importantes avances en temas tan distintos como la lucha contra la impunidad, el derecho de los pueblos indígenas, la libertad de expresión, y los temas de movilidad humana (migraciones, refugio y apatridia), nuevamente, entre muchos otros tópicos, la Corte viene paulatinamente expandiendo sus atribuciones e influencia. El tema del control de convencionalidad y su relación con el control de constitucionalidad doméstica se ha convertido en una de las principales trincheras de disputa teórica y dogmática de la región, y el debate sobre la legitimidad de la Corte ha arrojado ricos desdoblamientos, como el surgimiento de una amplia discusión pública sobre su funcionamiento y mecanismos de acceso y selección de personal.

Con el sistema expuesto a una crisis financiera sin precedentes en el año 2016, algunas de estas cuestiones se tornaron aún más latentes. Después de todo, si el Sistema realmente es tan exitoso como presentado por algunos sectores de la literatura, ¿por qué los Estados lo estarían subfinanciando? ¿O, al contrario, sería justamente dicho éxito el que lleva a un arrepentimiento por parte de Estados que, en la práctica, no desean un mecanismo independiente de supervisión?

El presente dossier navega, de forma crítica, por ese conjunto de temas. Reúne a autores directamente comprometidos en la práctica de los derechos humanos en la región para una reflexión colectiva orientada a mapear e interpretar el funcionamiento del Sistema. Propone análisis que acumulan el rico debate emprendido a lo largo de las últimas décadas, apunta debilidades y, especialmente, alternativas para que, de las múltiples crisis que permean a América en la actualidad, surjan renovados mecanismos de protección y promoción de los derechos humanos.

El dossier esta dividido en tres partes, cada una con un objetivo general: acumular el debate y evaluar el impacto del Sistema; discutir avances

recientes en áreas subexplotadas en la literatura; y evaluar cómo las crisis superpuestas que se desarrollan en la región al mismo tiempo limitan y son condición de oportunidad para avances.

La primera parte del dossier busca responder como el SIDH impacta los derechos humanos a nivel doméstico? Cuatro artículos articulan respuestas a esta cuestión en múltiples frentes de análisis.

Escapando de una tendencia común en la literatura y en la práctica jurídica tradicional, de asociar impacto con observancia estricta de las reglas de derecho internacional y de las decisiones de las cortes responsables de su aplicación, Par Engstrom trabaja en la reconceptualización de la idea de "impacto". A su manera ese primer trabajo funciona como una especie de introducción a esta parte del dossier, presentando cuestiones que posteriormente serán profundizadas por los demás autores. Engstrom identifica por lo menos tres áreas de impacto que no dependen de una estricta observancia al derecho internacional:

(i) la movilización de la sociedad civil;

(ii) la influencia de los patrones normativos interamericanos en los debates constitucionales domésticos de la región, y;

(iii) el protagonismo de las múltiples instituciones domésticas responsables de implementar las decisiones y recomendaciones que emergen del Sistema.

Si desde una perspectiva tradicional el impacto del sistema se considera como muy bajo, con un nivel muy simples de implementación integral de sentencias y recomendaciones, desde esa perspectiva ampliada se hace posible identificar un amplio conjunto de cambios relevantes influenciados por el protagonismo conjunto entre el Sistema, las organizaciones que lo accionan y las múltiples agencias que, transversalmente (y no siempre de forma armónica) implementan sus deliberaciones.

Desplazandose desde el análisis general general a un tema específico, Carina Calabria reflexiona sobre como las decisiones de la Corte Interamericana determinan cambios legislativos que han sido operacionalizados por los Estados. A diferencia de otros tribunales de derechos humanos, la Corte Interamericana de Derechos Humanos pasó a incluir

pedidos de esa naturaleza entre sus órdenes de medidas de reparación impuestas a los Estados.

Al analizar 92 órdenes de modificación, emitidas en 72 decisiones, Calabria identifica doce cuestiones judiciales de incidencia de la Corte de San José:

- (1) El uso desproporcionado de la fuerza por las instituciones y los funcionarios encargados de hacer cumplir la ley;
- (2) Jurisdicción militar;
- (3) Sistema carcelario y Justicia Criminal;
- (4) Leyes de Amnistía y Leyes de Excepción;
- (5) Fortalecimiento del Estado de Derecho y de sus instituciones, garantías legales, procedimientos y normas;
- (6) Libertad de pensamiento y expresión;
- (7) Derechos político-electorales;
- (8) Derechos de pueblos indígenas, tribales y tradicionales;
- (9) Derechos de niños y adolescentes;
- (10) Derechos de género;
- (11) Derechos de los inmigrantes y derechos de nacionalidad y
- (12) Derechos reproductivos.

Clasificándolas en cinco grados de efectividad (ineficaces, de eficacia limitada, mediana, elevada y formal).

Entre sus conclusiones, destaca que incluso cuando la efectividad de las decisiones es limitada, raramente se verifica una inercia estatal absoluta (reforzando la tesis de Engstrom sobre las múltiples formas de impacto), y que la mayor incidencia de la Corte ocurre cuando diversas agencias estatales actúan en coordinación para promover cambios. En contrario de lo que esperan aquellos que atribuyen al Sistema una baja efectividad, la investigación revela que 42 conjuntos de determinaciones tuvieron eficacia formal, elevada o mediana, contra 29 ineficientes o de baja efectividad.

El tercer artículo del dossier se concentra en cómo el Sistema ha contribuido a la formación de un derecho constitucional común en América Latina. La doctrina del *Ius Constituionale Commune* viene siendo irradiada

especialmente desde el Instituto Max Planck para el Derecho Internacional y Comparado, de Heidelberg (Alemania), contando con innumerables defensores -y algunos férreos críticos- en la región.

La defensa de la tesis de la constitucionalización regional es hecha por Flávia Piovesan, que analiza un conjunto de decisiones de la Corte Interamericana que tuvieron papel transformador en las comunidades jurídicas domésticas. La tesis subyacente al argumento de la constitucionalización regional es que la Corte actúa como espacio propulsor de un diálogo multinivel local-regional.

Por un lado, las constituciones latinoamericanas gradualmente se estarían abriendo al derecho internacional de los derechos humanos. Por otro lado, el tribunal internacional vendría aplicando el principio pro homine para, de manera interpretativa, ampliar el catálogo de derechos y garantías inscritos en la Convención Americana de Derechos Humanos. De la dialéctica entre estos dos movimientos, surgiría un conjunto de patrones de protección mínimos comunes, fortaleciendo los derechos humanos en la región.

Finalmente, el cuarto artículo de la primera parte del dossier dialoga con un tema tangente a los tres anteriores: la emergencia del control de convencionalidad. La tesis de la existencia de un judicial review regional por la Corte Interamericana gradualmente se ha ampliado y se ha fragmentado a lo largo de los últimos años.

Si en un primer momento el tribunal de San José era responsable del monitoreo del cumplimiento de los dispositivos de la Convención Americana por los Estados Partes en decisiones individuales, gradualmente la Corte se percibió como una especie de corte constitucional de las Américas, introduciendo este concepto. Su gradual aceptación o rechazo por las cortes domésticas de la región llevaron al surgimiento de otro debate, sobre la aplicación doméstica de tal control.

David Lovatón analiza este proceso desde cuatro premisas críticas. En primer lugar, si al señalar que las cortes domésticas deben promover el control de convencionalidad nos estamos refiriendo a una obligación internacional preexistente o si se trata de una nueva prerrogativa creada por la propia Corte. Segundo, investigando la extensión de las obligaciones

contenidas en las decisiones de la Corte: si inter partes o erga omnes. Tercero, señalando la complejidad y las dificultades existentes para que los tribunales locales accedan de manera cualificada y coherente a la jurisprudencia de la Corte. Finalmente, criticando el proceso de invisibilización de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos en ese proceso, retomando una perspectiva integrada del Sistema como un todo orgánico que viene siendo gradualmente dejada de lado por las teorías de la constitucionalización del Sistema, apuntando a la necesidad de comprender adecuadamente el papel de los dos organismos independientes de procesamiento de casos que componen el Sistema.

La segunda parte del dossier presenta nuevas perspectivas sobre el Sistema y algunos temas emergentes, buscando responder adónde va el Sistema Interamericano de Derechos Humanos? ¿Cuáles son sus nuevos desafíos?

El quinto trabajo del dossier, y primero de esta segunda parte, utiliza el caso brasileño para confrontar una hipótesis recurrente en la literatura especializada: la del protagonismo de organizaciones no gubernamentales internacionales en el acceso al Sistema.

Buena parte de la literatura, especialmente aquella en lengua inglesa, destaca que tales organizaciones tendrían un papel central y de alta relevancia en la formación de redes transnacionales y, finalmente, en el acceso de peticionarios a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos y, consecuentemente, a la propia Corte. Para contradecir esa hipótesis, Marrielle Maia y Rodrigo Assis de Lima analizan 119 casos presentados contra Brasil con informes de admisibilidad, mérito, no admisibilidad o archivamiento publicados entre los años 1970 y 2015.

Si, por un lado, sus conclusiones refuerzan el papel del Sistema para la formación de las redes de advocacy, de otro, resaltan la necesidad de una mejor observación del perfil de los denunciantes antes de que se concluya sobre el protagonismo internacional. En el caso brasileño, el conjunto de denunciantes está compuesto por un grupo extremadamente plural de víctimas y familiares, abogados de distintas organizaciones y movimientos sociales, entidades de clase y organizaciones religiosas, que formaron

coaliciones de acción para disputar derechos en la arena internacional. La hipótesis prevalente de que las organizaciones no gubernamentales internacionales serían hegemónicas no se verifica a pesar de su presencia en casos relevantes.

Una reconstrucción histórica y análisis crítico del derecho de las víctimas de participar en el proceso interamericano es el objeto de estudio de Carla Osmo y Kathia Martin-Chenut en el sexto trabajo del dossier. Interrogando cómo tal derecho se presenta y reconfigura en los procesos movidos contra supuestos perpetradores en el ámbito interno y contra los Estados en el ámbito internacional, las autoras enfatizan la importancia de la gradual transformación de los sujetos de las violaciones.

Si en un primer momento el derecho, especialmente el derecho internacional, trataba a las víctimas como instrumentos de la justicia - los medios de prueba de las violaciones- el gradual incremento del derecho de participar permitió su reposicionamiento como sujetos de derecho, humanizando el proceso y ampliando sus aspectos reparadores. No obstante, una segunda dimensión crítica de análisis revela un riesgo subvalorado en los actuales debates entorno a la evolución de los instrumentos de protección de los derechos humanos: el empoderamiento de las víctimas puede abrir camino para la relativización de los derechos de los acusados (también derechos humanos) y para el surgimiento de formas de populismo penal.

Al describir y analizar críticamente la contribución latinoamericana al derecho de las víctimas de participar, las autoras establecen, al mismo tiempo, una narrativa de fácil acceso sobre un tema complejo y poco estudiado, que puede ser utilizado como fuente introductoria para todos aquellos interesados en el tema, e introducen un necesario debate entre los estudiosos y prácticos de los derechos humanos y aquellos de la criminología crítica - un campo de interacción que, a pesar de parecer obvio, con raras excepciones no se ha visto fructificar.

Pasando de los análisis panorámicos a las de temas específicos, el séptimo y octavo estudios del dossier explotan cuestiones emergentes en el Sistema que pueden generar relevantes desarrollos futuros.



Al analizar cómo la Corte Interamericana se enfrenta a las cuestiones relativas a la violencia contra la mujer, Mariana Prandini Assis discute cómo las categorías jurídicas son construidas y circulan entre actores especializados y militantes de derechos humanos, desbordando de un espectro tradicionalmente asociado exclusivamente con el campo del Derecho a outro, mucho más amplio, de interacciones socio-jurídicas transnacionales. En ese sentido, introduce la categoría "translocal", debatiendo como fuerzas, poderes y formas de regulación transnacionales definen e interactúan con los contextos locales.

El argumento central es que, a pesar de que la Corte Interamericana no tenga desarrollado la categoría "violencia contra la mujer", la misma se volvió central para su actuación y en su jurisprudencia debido a la movilización global de diversos actores, especialmente aquellos ligados al movimiento feminista. Al promover tal narrativa, Assis refuerza el argumento de que la Corte Interamericana es sensible y puede ser vehículo para transformaciones socio-jurídicas iniciadas "de abajo hacia arriba" - un argumento criticado en otros campos de análisis de la jurisprudencia de la Corte, como por aquellos autores que apuntan a las pretensiones jerárquicas y antidemocráticas, de arriba abajo, presente en los conceptos de *ius constitutionale commune* y control de convencionalidad (en ese sentido se ve, por ejemplo, el estudio de Sandoval y Veçoo, en este dossier).

Al contrastar estas diferentes perspectivas, percibimos cómo un mismo actor institucional puede, a un sólo tiempo, comprometerse en movimientos distintos que fortalecen poderes e iniciativas consolidados o emergentes, conservadores o innovadores, resaltando la cada vez mayor interacción que caracteriza el espacio jurídico transnacional.

Por su parte, los miembros del grupo de investigación 'Derecho a la Antidiscriminación, Igualdad y Diferencia', Alice Resadori, Gilberto Schafer, Paulo Leivas y Roger Raupp Rios, dirigen sus esfuerzos al mapeo y análisis de los casos relacionados con la discriminación de personas Lesbianas, Gays, Bisexuales, Travestis, Transexuales e Intersex (LGBTTI) en la Comisión y en la Corte Interamericana de Derechos Humanos.

Hasta la conclusión del estudio, la Comisión Interamericana había procesado 11 casos que implican violaciones a derechos humanos de personas LGBTTI, admitiendo 07. De ellos, 03 no tuvieron seguimiento por razones de orden formal, 01 resultó en una solución y amistosa y 03 fueron remitidos para la Corte Interamericana, claramente constituyendo un nuevo campo de disputa por derechos que se desarrollará en la medida en que los casos avancen.

Los autores destacan tanto la pluralidad de instituciones donde las violaciones ocurrieron, incluyendo desde organizaciones militares hasta las de seguridad social, como la naturaleza de la queja promovida, que puede referirse tanto al más básico reconocimiento de la existencia de una violación de derecho, como a un mucho más complejo debate sobre el contenido jurídico de los derechos humanos de las personas LGBTTI.

El análisis de los casos permite entender cómo, en una región del mundo caracterizada por una brutal violencia diuturna practicada contra personas LGBTTI, la discriminación se hace presente de manera difusa y los valores morales asociados al familismo comprometen la actuación de los agentes públicos responsables por la promoción y defensa de derechos.

Nuevamente, el Sistema IDH aparece como una arena de lucha por derechos que, aunque permeada por limitaciones institucionales relevantes, ha contribuido de forma decisiva a la promoción de derechos - y que podrá tener su protagonismo ampliado de forma significativa en los próximos años.

La parte final del dossier se dedica a tratar la siguiente pregunta: ¿cómo las crisis y debilidades institucionales plantean nuevas oportunidades para el Sistema Interamericano de Derechos Humanos?

En el marco del análisis de las crisis externas al Sistema, que llevan a su accionar, Rossana Rocha Reis se dedica a examinar cómo la Comisión Interamericana respondió a peticiones relacionadas con las crisis en los sistemas democráticos de Honduras (2009), Paraguay (2012) y Brasil (2016).

Estableciendo una correlación entre Derechos Humanos y Democracia y destacando la ausencia de previsión de mecanismos que permitan imponer la "cláusula democrática" de la Organización de los Estados Americanos y la necesidad de consenso entre los Estados para la obtención de

avances en el plano de la Asamblea General, Reis describe las restricciones institucionales del Sistema para hacer frente a situaciones límite donde la alegación de las partes se refiere a una probable subversión de las propias instituciones diseñadas para la protección del Estado de Derecho, movilizadas para promover rupturas democráticas. Si, por un lado, la crisis hondureña de 2009 condujo a la Comisión Interamericana (ya la OEA en su totalidad) a posiciones más duras, destacando la conexión entre ruptura democrática y falta de respeto a los derechos humanos, los casos de Paraguay y Brasil fueron marcados por una actuación bastante cautelosa.

En la evaluación de la autora, la ausencia de una posición de la Asamblea General sobre estos dos casos en alguna medida circunscribió la actuación de la Comisión. Finalmente, concluye que la ausencia de mecanismos más concretos de intervención, sumada a un contexto político poco conducente al uso de los mecanismos existentes (como la promoción de visitas in loco), revelan elementos de preocupación para aquellos que vengán a dedicarse, en el futuro, a estudios y acciones de perfeccionamiento del Sistema. ¿Cómo empoderar el Sistema en un contexto en que las propias élites de los Estados pretenden ver su actuación restringida?

Moviéndose de las crisis externas a la crisis interna de 2016, relativa al agravamiento del crónico problema de financiación del Sistema, el estudio de Carlos Arturo Villagrán Sandoval y Fabia Fernandes Carvalho Veçoso arte para un análisis del proceso de reformas para el "fortalecimiento" del Sistema, que ocurrió en 2011 y 2012. Sin desconsiderar la naturaleza dudosa del proceso que, según muchos, más pretendía debilitar que fortalecer el Sistema, los autores pasan a criticar las doctrinas expansionistas que emergieron a lo largo de los años, especialmente a la del *ius constitutionale commune* (objeto del estudio de Piovesan en este dossier).

En la evaluación de los autores, una parte expresiva de la reacción de los Estados contra el sistema ocurre en razón del movimiento combinado de auto expansión incontrolada de sus competencias sumada a la emergencia de una narrativa académica que elige el Sistema como símbolo de un universalismo de los Derechos Humanos que entra en conflicto con el papel esperado de los órganos de una organización intergubernamental, como lo es

la Organización de los Estados Americanos, contribuyendo no para el éxito, sino para el fracaso del Sistema. La ausencia de espacio para particularismos, más que propiciar la emergencia de constitucionalismo regional, estaría fomentando reacciones contra el Sistema, explicitando sus déficits democráticos y, en último término, poniendo en riesgo su propia supervivencia a largo plazo.

En las conclusiones, los autores correlacionan la crisis financiera de la Comisión y de la Corte con una más amplia crisis de la relación entre Estados y Sistema, imputando la pretensión universalista como causa relevante en el bloqueo al surgimiento de alternativas institucionales viables para la resolución de impasses estructurales. Tal conclusión incorpora muchos de los elementos críticos planteados por el conjunto de textos del dossier, pero se destaca por contraverter justamente aquel que es el argumento central de muchas de las tesis expuestas: la importancia del universalismo y el papel de la Corte como espacio de emergencias de derechos de abajo arriba. ". Justamente por eso, Villagrán y Viçoso definen su trabajo como un relato sobre dos narrativas concurrentes sobre los derechos humanos en América.

Finalmente, Katya Salazar y Naomi Roht-Arriaza cierran el dossier discutiendo los déficits democráticos y participativos en el proceso de elección de los miembros de la Comisión y de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. Si es verdad que en varios aspectos el sistema ha tenido ganancias reales en términos participativos a lo largo de las décadas (como en el caso del derecho de las víctimas de participar, ilustrado en esta colección por el trabajo de Osmo y Martin-Chenut), el modo de acceso a los órganos de deliberación sigue inalterado, poco transparente y, como regla, opuesto a la participación.

Al analizar las alternativas del derecho comparado y los procesos puestos en marcha por la sociedad civil, las autoras formulan un catálogo de sugerencias que permitiría agregar calidad al modo como el Sistema selecciona a sus miembros, transformando un déficit de legitimidad en una oportunidad de fortalecimiento. A partir de un conjunto de experiencias concretas, el estudio demuestra que, aunque las reformas son necesarias para garantizar un nivel adecuado de transparencia y participación, muchas otras medidas pueden adoptarse inmediatamente, sin necesidad de modificaciones

normativas complejas. En un contexto de crisis y ataques al Sistema, tales alternativas representan una importante contribución al conjunto de posibilidades de acciones de fortalecimiento que dependen mucho más de los actores estratégicos internos al Sistema que a los actores políticos tradicionales del campo diplomático en los Estados-miembros.

Cubriendo ese variado conjunto de temas y controversias y, obviamente, sin pretender ser exhaustivo cuanto a las respuestas posibles al conjunto de cuestiones que aborda, el presente dossier se inserta en la amplia literatura interdisciplinaria sobre el Sistema Interamericano buscando establecer nuevos diálogos y puentes. Si se sirve para que distintas escuelas de pensamiento y actores estratégicos establezcan algún diálogo entre sí, habrá cumplido su papel esperado, de fomentar un debate crítico y orientado por evidencias sobre cuáles son los caminos disponibles y las ventajas y costos implicados en cada posible elección.

Con la esperanza de que nuestro esfuerzo colectivo inaugure un nuevo capítulo de discusión en esta Revista *Direito & Práxis* y fortalezca los debates mantenidos en otros medios que tradicionalmente se dedican al Sistema, deseamos a todos una buena lectura.

Brasília, Marzo 2017.

Marcelo Torelly

[Traducido del portugués por *Direito & Práxis*, revisión del español por Nathaly Mancilla Órdenes, Universidad de Brasília]

## Expediente desta edição

### Editores:

**Dr. José Ricardo Cunha**, UERJ, Brasil

**Dra. Carolina Alves Vestena**, Kassel Universität, Alemanha

### Comissão Executiva

**Bruna Mariz Bataglia Ferreira**, UERJ, Brasil

**Ígor Ferreira**, UERJ, Brasil

**Isadora Lins**, UERJ, Brasil

**José Luiz Ribas**, UERJ, Brasil

**Leonardo Laurindo**, UERJ, Brasil

**Lucas van Hombeeck**, UERJ, Brasil

**Nina Alencar Zur**, UERJ, Brasil

**Taiane Matias**, UERJ, Brasil

**Táisa Rodrigues**, UERJ, Brasil

### Conselho Editorial / Editorial Board

**Dra. Ágnes Heller**, New School for Social Research, EUA

**Dr. Andreas Fischer-Lescano**, Universität Bremen, Alemanha

**Dr. Alexandre Garrido da Silva**, Universidade de Uberlândia, Brasil

**Dr. Alfredo Culleton**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

**Dr. Andrés Botero Bernal**, Universidad Industrial de Santander, Colômbia

**Dra. Bethania Assy**, UERJ, Brasil

**Dr. Costas Douzinas**, Birckbeck University of London, Reino Unido

**Dra. Deisy Ventura**, Universidade de São Paulo, Brasil

**Dr. Girolamo Domenico Treccani**, Universidade Federal do Pará, Brasil

**Dr. Guilherme Leite Gonçalves**, UERJ, Brasil

**Dr. Jean-François Y. Deluchey**, Universidade Federal do Pará, Brasil

**Dr. João Maurício Adeodato**, UFPE e Faculdade de Direito de Vitória, Brasil

**Dr. James Ingram**, MacMaster University, Canadá

**Dr. Luigi Pastore**, Università degli Studi "Aldo Moro" di Bari, Itália

Dr. **Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira**, UFMG, Brasil

Dr. **Paulo Abrão**, PUC-Rs e UCB, Brasília, Brasil

Dra. **Rosa Maria Zaia Borges**, PUC-RS, Brasil

Dra. **Sara Dellantonio**, Università degli Studi di Trento, Itália

Dra. **Sonia Arribas**, ICREA - Univesidade Pompeu Fabra de Barcelona, Espanha

Dra. **Sonja Buckel**, Kassel Universität, Alemanha

Dra. **Véronique Champeil-Desplats**, Université de Paris Ouest-Nanterre, França

### **Avaliadores / Referees**

**Adamo Dias Alves**, UFJF, Brasil; **Dr. Alejandro Manzo**, Universidade de Córdoba, Argentina; **Alexandra Bechtum**, Universidade de Kassel, Alemanha; **Dr. Alexandre Veronese**, UNB, Brasil; **Dr. Alvaro Pereira**, USP, Brasil; **Dra. Ana Lia Vanderlei Almeida**, UFPB, GPLutas - Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais; **Antonio Dias Oliveira Neto**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Assis da Costa Oliveira**, UFPA Brasil; **Bianca Tavorari**, USP, Brasil; **Bruno Cava**, UERJ, Brasil; **Bruno Alberto Paracampo Mileo**, Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil, **Dra. Carolina Medeiros Bahia**, UFSC, Brasil; **Dr. Cesar Cerbena**, UFPR, Brasil; **Dra. Clarissa Franzoi Dri**, UFSC, Brasil; **Dr. Conrado Hubner Mendes**, USP, São Paulo, Brasil; **David Francisco Lopes Gomes**, UFMG, Brasil; **Dra. Danielle Rached**, Instituto de Relações Internacionais – USP, Brasil; **Diana Pereira Melo**, UNB, Brasil; **Diego Alberto dos Santos**, UFRGS, Brasil; **Dr. Diego Augusto Diehl**, UNB, Brasil; **Dr. Diego Werneck Arguelhes**, FGV DIREITO RIO, Brasil; **Dr. Diogo Coutinho**, USP, Brasil; **Eduardo Pitrez Correa**, FURG, Brasil; **Dr. Eduardo Socha**, USP, Brasil; **Eloísa Dias Gonçalves**, Panthéon-Sorbonne, França; **Emília Merlini Giuliani**, PUCRS, Brasil; **Dr. Ezequiel Abásolo**, La Matanza, Argentina; **Dr. Ezequiel Abásolo**, Universidad Católica Argentina, Argentina, **Dra. Fabiana Luci de Oliveira**, UFSCAR, Brasil; **Dra. Fabiana Severi**, USP, Brasil; **Fábio Balestro Floriano**, UFRGS, Brasil; **Fabíola Fanti**, USP, Brasil; **Dr. Fernando Fontainha**, IESP/UERJ, Brasil; **Fernando Maldonado**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Felipo Pereira Bona**, UFPE, Brasil; **Fernando Perazzoli**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Fernanda Pradal**, PUC-Rio, Brasil; **Flávia Carlet**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Gabriel Gualano de Godoy**, UERJ, Brasil; **Dra. Giovanna Milano**, UFPR, Brasil, **Dr.**

**Giovanne Schiavon**, PUC-PR, Brasil; **Dr. Giscard Farias Agra**, UFPE, Brasil; **Dra. Gisele Mascarelli Salgado**, Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FDSBC, Brasil; **Dr. Gladstone Leonel da Silva Júnior**, UNB, Brasil; **Dr. Gustavo César Machado Cabral**, UFC, Brasil; **Gustavo Sampaio de Abreu Ribeiro**, Harvard Law School, USA; **Gustavo Capela**, UNB, Brasil; **Dr. Hector Cury Soares**, UNIPAMPA, Brasil; **Henrique Botelho Frota**, Centro Universitário Christus, Brasil; **Hugo Belarmino de Moraes**, UFPB, Brasil; **Dr. Hugo Pena**, UNB, Brasil; **Dr. Iagê Zendron Miola**, Universidade São Judas, Brasil; **Ivan Baraldi**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dra. Jane Felipe Beltrão**, UFPA, Brasil; **Joanna Noronha**, Universidade de Harvard, USA; **João Andrade Neto**, Hamburg Universität, Alemanha; **Dr. João Paulo Allain Teixeira**, UFPE, Brasil; **Dr. João Paulo Bachur**, USP, Brasil; **João Telésforo de Medeiros Filho**, UNB, Brasil; **Dr. Jorge Foa Torres**, Universidad Nacional Villa María, Argentina; **Dr. José de Magalhães Campos Ambrósio**, UFU, Brasil; **Dr. José Carlos Moreira da Silva Filho**, PUCRS, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, IMED, Brasil; **Dr. José Heder Benatti**, UFPA, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, Faculdade Meridional - IMED, Brasil; **Dr. José Rodrigo Rodriguez**, Unisinos, Brasil; **Juliana Cesario Alvim Gomes**, UERJ, Brasil; **Lara Freire Bezerra de Santanna**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Laura Laura Madrid Sartoretto**, UFRGS, Brasil; **Dr. Leonardo Figueiredo Barbosa**, UNIFESO, Brasil; **Leticia Paes**, Birkbeck, University of London; **Ligia Fabris Campos**, Humbolt Universität zu Berlin, Alemanha; **Dra. Livia Gimenez**, UNB, Brasil; **Dr. Lucas Pizzolatto Konzen**, UFRGS, Brasil; **Dra. Lucero Ibarra Rojas**, Centro de Investigación y Docencia Económicas, México; **Dra. Luciana de Oliveira Ramos**, USP, Brasil; **Dr. Luciano Da Ros**, University of Illinois at Chicago, USA; **Dr. Luiz Caetano de Salles**, UFU, Brasil; **Dr. Luiz Otávio Ribas**, UERJ, Brasil; **Manuela Abath Valença**, UFPE, Brasil; **Marcela Diorio**, USP, Brasil; **Dr. Marcelo Eibs Cafrune**, UNB, Brasil; **Marcelo Mayora**, UFJF, Brasil; **Dr. Marcelo Torelly**, UNB, Brasil; **Dr. Marcos Vinício Chein Feres**, UFJF, Brasil; **Dra. Maria Gabriela Viana Peixoto**, UERJ, Brasil; **Dra. Maria Lúcia Barbosa**, UFPE, Brasil; **Mariana Chies Santiago Santos**, UFRGS, Brasil; **Dra. Mariana Anahi Manzo**, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; **Dra. Mariana Trotta**, UFRJ, Brasil; **Dra. Marisa N. Fassi**, Università degli Studi di Milano, Itália; **Dra. Marta Rodriguez de Assis**



**Machado**, Fundação Getúlio Vargas - Direito GV São Paulo, Brasil; **Mayra Cotta**, The New School for Social Research, USA; **Dr. Miguel Gualano Godoy**, UFPR, Brasil; **Monique Falcão Lima**, UERJ, Brasil; **Moisés Alves Soares**, UFPR, Brasil; **Nadine Borges**, UFF, Brasil; **Natacha Guala**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Orlando Aragon**, México; **Dr. Orlando Villas Bôas Filho**, USP e Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil; **Dr. Pablo Malheiros Frota**, UFGO, Brasil; **Paulo Eduardo Berni**, Universidade Ritter dos Reis, Brasil; **Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva**, USP, Brasil; **Pedro Augusto Domingues Miranda Brandão**, UNB, Brasil; **Dr. Rafael Schincariol**, USP, Brasil; **Dr. Rafael Vieira**, PUC-Rio, Brasil; **Dra. Raquel Lima Scalcon**, UFRGS, Brasil; **Renan Bernardi Kalil**, USP, Brasil; **Renan Quinalha**, USP, Brasil; **Dra. Renata Ribeiro Rolim**, UFPB; **Dr. Renato Cesar Cardoso**, UFMG, Brasil; **Dr. Ricardo Prestes Pazello**, UFPR, Brasil; **Dra. Roberta Baggio**, UFRGS, Brasil; **Dr. Roberto Bueno Pinto**, UFU, Minas Gerais; **Roberto Efrem Filho**, UFPB, Brasil; **Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini**, USP, Brasil; **Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**, PUCRS, Brasil; **Dr. Rodolfo Liberato de Noronha**, UNIRIO, Brasil; **Dr. Samuel Barbosa**, USP, Brasil; **Dr. Samuel Matos**, UFPA, Brasil; **Dra. Shirley Silveira Andrade**, UFES, Brasil; **Talita Tatiana Dias Rampin**, UNB, Brasil; **Tatyane Guimarães Oliveira**, UFPB, Brasil; **Thiago Arruda**, UFERSA, Brasil; **Dr. Thiago Reis e Souza**, Escola de Direito Fundação Getúlio Vargas - São Paulo, Brasil; **Dra. Verônica Gonçalves**, UNB, Brasil; **Vinicius Gomes de Vasconcellos**, USP/PUCRS, Brasil; **Dr. Vitor Bartoletti Sartori**, UFMG, Brasil.